

**KREDILIG S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTO****Relatório do auditor independente****Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**



**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração do resultado abrangente
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Demonstração dos fluxos de caixa
Notas explicativas às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o relatório da administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes da Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Kredilig S.A. – CFI” ou “Instituição”), relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, em atendimento aos dispositivos legais e estatutários.

Desempenho Econômico-Financeiro

No decorrer do exercício de 2024 os resultados da Kredilig S.A. – CFI apresentaram as seguintes evoluções em relação ao ano anterior:

- Lucro líquido de R\$ 38,29 milhões, resultado 37,5% acima do ano anterior e correspondente a uma rentabilidade de 18,3% sobre o patrimônio líquido;
- Os ativos representam R\$ 411,88 milhões, redução de 2,6%;
- A carteira de operações de crédito reduziu em 3,6%;
- As receitas de operações de crédito aumentaram 0,5%, totalizando R\$ 210,24 milhões.

Processos Internos

A Kredilig S.A. - CFI tem constituída uma área específica para gestão de riscos e controles, contando com um diretor e gestores com atribuições e responsabilidades definidas, em consonância às melhores práticas adotadas no mercado. A abordagem da gestão de riscos é tratada na nota explicativa nº 4. Em 2024, manteve índices de Basileia acima de 17%, conforme regulamenta a Resolução nº 4.606/17 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”).

Em atendimento a lei geral de proteção de dados (“LGPD”), a Kredilig S.A. - CFI mantém a privacidade dos dados pessoais das pessoas relacionadas com a Instituição no decorrer da relação contratual.

A Kredilig S.A. – CFI possui política de risco socioambiental (“PRSA”), definida na Resolução nº 4.945/21 do CMN. Tanto a política de risco socioambiental como as informações relacionadas a lei geral de proteção de dados estão disponíveis no site da Instituição.

Os trabalhos de auditoria interna, avaliação da gestão dos riscos e controles internos da Instituição, são realizados pela Martinelli Auditores, com independência.

Os recursos de operações de depósitos a prazo e aceites cambiais são captados junto aos seus acionistas e empresas de partes relacionadas, apresentando um baixo risco de liquidez, mantendo sua estratégia corporativa, de proteção e conservação. Além disso, não possui operações de hedge.

Responsabilidade Social

A responsabilidade social está presente na filosofia da Instituição. Por isso, durante o ano de 2024, a Kredilig S.A. - CFI manteve a contribuição para projetos sociais de instituições filantrópicas do Estado de Santa Catarina.

**Considerações Finais**

Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, agradecendo a participação dos colaboradores, clientes e parceiros comerciais.

Administração.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Biguaçu – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“**Instituição**” ou “**Financeira**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Kredilig S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 20 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS LTDA.
CRC 2 SC 000202/F-1

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP-263668/O-4 – S - SC



Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		320.253	340.369
Disponibilidade	5	1.452	1.851
Instrumentos financeiros		386.799	419.465
Operações de crédito - Setor privado	6	327.689	311.395
Outros créditos	6	59.110	108.070
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(70.084)	(82.782)
(-) Operações de crédito	6	(58.383)	(62.635)
(-) Outros créditos	6	(11.701)	(20.147)
Outros ativos	7	2.086	1.835
Ativo não circulante		91.624	82.440
Realizável a longo prazo		88.633	78.720
Instrumentos financeiros		91.354	76.579
Operações de crédito - Setor privado	6	89.017	73.327
Outros créditos	6	2.337	3.252
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(13.019)	(9.028)
(-) Operações de crédito	6	(12.964)	(8.815)
(-) Outros créditos	6	(55)	(213)
Créditos tributários	15.b	10.298	11.169
Imobilizado de Uso	3.e	2.991	3.720
Outras imobilizações de uso		1.054	1.088
(-) Depreciações acumuladas		(772)	(703)
Intangível		3.892	3.892
(-) Amortização acumulada		(1.183)	(557)
Total do ativo		411.877	422.809



Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		110.342	195.753
Depósitos e demais instrumentos financeiros		35.267	86.456
Depósitos a prazo	8	23.492	9.358
Recursos de aceites cambiais	9	11.775	77.098
Obrigações correspondente bancário	11.c	46.432	87.464
Outros passivos		28.643	21.833
Cobrança e arrec. tributos e assemelhados		194	300
Sociais e estatutárias	11.b	14.037	10.549
Fiscais e previdenciárias		8.503	4.809
Diversas	10	5.909	6.175
Passivo não circulante		92.266	37.162
Depósitos e demais instrumentos financeiros		90.284	34.333
Depósitos a prazo	8	16.325	12.443
Recursos de aceites cambiais	9	73.959	21.890
Obrigações correspondente bancário	11.c	1.887	2.707
Outros passivos - diversas	10	95	122
Patrimônio líquido	12	209.269	189.894
Capital de domiciliados no País		120.000	120.000
Reservas de lucros		80.175	63.281
Dividendos adicionais propostos		9.094	6.613
Total do passivo e patrimônio líquido		411.877	422.809

**Demonstrações dos resultados**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		103.243	210.708	209.664
Operações de crédito	13	102.984	210.240	209.093
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		259	468	571
Despesas da intermediação financeira		(42.999)	(87.586)	(110.602)
Operações de captações no mercado		(7.127)	(14.236)	(15.660)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6.d	(35.872)	(73.350)	(94.942)
Resultado bruto da intermediação financeira		60.244	123.122	99.062
Outras receitas (despesas) operacionais		(35.542)	(68.048)	(61.503)
Outras receitas operacionais		1.618	2.725	4.055
Despesas de pessoal		(6.625)	(12.799)	(12.317)
Outras despesas administrativas	14	(25.460)	(48.510)	(43.544)
Despesas tributárias	15	(3.796)	(7.836)	(8.226)
Outras despesas operacionais		(1.279)	(1.628)	(1.471)
Resultado operacional		24.702	55.074	37.559
Resultado não operacional		(4)	(4)	8
Resultado antes da tributação sobre o lucro		24.698	55.070	37.567
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(3.965)	(15.911)	(12.055)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	(628)	(871)	2.333
Lucro líquido do semestre/exercícios		20.105	38.288	27.845
Número de ações (em lotes de mil)		5.000	5.000	5.000
Lucro líquido por ação (em reais)		4,02	7,66	5,57



Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do semestre/exercícios	20.105	38.288	27.845
Resultado abrangente total	<u>20.105</u>	<u>38.288</u>	<u>27.845</u>


Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	120.000	11.003	42.996	-	6.133	180.132
Dividendos aprovados em AGO	-	-	-	-	(6.133)	(6.133)
Lucro líquido do período	-	-	-	27.845	-	27.845
Destinações						
Reserva legal	-	1.392	-	(1.392)	-	-
Reserva estatutária	-	-	7.890	(7.890)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(11.950)	-	(11.950)
Dividendos propostos	-	-	-	(6.613)	6.613	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.000	12.395	50.886	-	6.613	189.894
Dividendos aprovados em AGO	-	-	-	-	(6.613)	(6.613)
Lucro líquido do período	-	-	-	38.288	-	38.288
Destinações						
Reserva legal	-	1.914	-	(1.914)	-	-
Reserva estatutária	-	-	14.980	(14.980)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.300)	-	(12.300)
Dividendos propostos	-	-	-	(9.094)	9.094	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.000	14.309	65.866	-	9.094	209.269
Saldos em 30 de junho de 2024	120.000	12.395	50.886	18.183	-	201.464
Lucro líquido do semestre	-	-	-	20.105	-	20.105
Destinações						
Reserva legal	-	1.914	-	(1.914)	-	-
Reserva estatutária	-	-	14.980	(14.980)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.300)	-	(12.300)
Dividendos propostos	-	-	-	(9.094)	9.094	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.000	14.309	65.866	-	9.094	209.269
Mutações do exercício	-	1.914	14.980	-	2.481	19.375
Mutações do semestre	-	1.914	14.980	(18.183)	9.094	7.805



Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	20.105	38.288	27.845
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	450	742	440
Provisão para contingências	(1)	(27)	(447)
Juros de captação	7.055	14.079	15.545
Tributos diferidos	628	871	(2.333)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(634)	(8.707)	18.317
Lucro líquido ajustado	27.603	45.246	59.367
Redução (aumento) nos ativos:			
Títulos e valores mobiliários	-	-	-
Operações de crédito	(16.862)	17.891	(3.561)
Outros créditos	(216)	(251)	(139)
	(17.078)	17.640	(3.700)
Aumento (redução) nos passivos:			
Outras obrigações	6.275	(21.856)	(14.594)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.578)	(12.148)	(14.652)
	697	(34.004)	(29.246)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	11.222	28.882	26.421
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo permanente	(11)	(13)	(828)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(11)	(13)	(828)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos captados	14.864	116.839	33.094
Recursos pagos de captação	(16.723)	(126.156)	(41.792)
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(13.854)	(19.951)	(15.440)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(15.713)	(29.268)	(24.138)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.502)	(399)	1.455
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	5.954	1.851	396
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	1.452	1.452	1.851



Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kredilig S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) está devidamente regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Sua matriz está localizada na Rua Paulo Zimmermann, 455, BR 101, em Biguaçu, Santa Catarina, sendo o controle da Instituição pertencente à família Koerich.

A Instituição tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a aplicação de recursos próprios e de terceiros, conforme previsto na legislação pertinente.

Atualmente, oferece como seus principais produtos o crédito direto ao consumidor, empréstimo pessoal, empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito e desconto de recebíveis.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e estão em conformidade com o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de março de 2025.



b. Novas normas e alterações emitidas pelo BACEN

As normas abaixo, aplicáveis a Instituição, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

I – Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 – Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição implementará as novas normas contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, que conferem alinhamento aos padrões internacionais IFRS 9. As principais alterações incluem:

A classificação dos instrumentos financeiros: reordenamento das carteiras de operações de crédito por suas modalidades.

O cálculo da provisão para perdas: parte-se para um modelo de provisão de perda incorrida, mais a perda esperada da operação, com base na distribuição por tipo de carteira, mensuração dos dias de atraso, além da classificação ou não como ativo problemático.

Reconhecimento de receitas e despesas: ocorrerá o diferimento das receitas de serviços e dos custos de transação, atrelados à operação. Os instrumentos financeiros terão o reconhecimento de juros interrompidos com mais de 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado como problemático.

Aspectos fiscais: a Lei nº 14.467/22 estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas.

O novo modelo de reconhecimento de juros das operações de crédito prevê o stop accrual quando ocorrer o atraso destas operações for superior a 90 (noventa) dias de atraso ou o ativo considerado como problemático.

Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das perdas associadas ao risco de crédito, conforme estabelece a Resolução BCB nº 352/23, com base em premissas de segregação da carteira, arrasto da provisão por ativo problemático e nível de atraso. Os efeitos esperados na adoção do modelo de perdas são de R\$ 978 líquidos dos efeitos tributários.

II – Demais atualizações normativas (atualizações futuras): a Resolução BCB nº 437/24 trata do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco, em função da reformulação normativa atrelada a apuração dos riscos e do Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. As Instruções Normativas BCB nºs 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 definem as novas rubricas contábeis do COSIF, em atendimento às mudanças introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente ao período e todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Apropriação de receitas e despesas

São reconhecidas pelo regime de competência em que incorrem.

**b. Disponibilidade**

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento inferior a 90 dias. Tais valores são considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

c. Operações de crédito

Estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas de operações ativas são apropriadas *pro rata die*. As operações prefixadas são registradas pelo valor do resgate, reduzido pelas rendas a apropriar.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas apenas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o art. 9º, da Resolução nº 2.682/99, do CMN.

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e, ainda, são considerados os períodos de atrasos para atribuição dos níveis de classificação dos clientes.

A Instituição não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, por não possuir operações com esta característica.

e. Imobilizado de uso

São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

f. Depósitos a prazo

São registrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos atualizados em base *pro rata die*, até a data do balanço.

g. Recursos de aceites cambiais

Estão demonstrados pelos valores exigíveis, atualizados pelos encargos, em base *pro rata die*.

h. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos pós-fixados foram atualizados *pro rata die* e os pré-fixados encontram-se líquidos dos encargos a apropriar, em razão da fluência dos prazos contratados.

i. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:



- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

j. Provisão para imposto de renda e contribuição social- corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda - IR é constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual). A contribuição social - CSLL é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

k. Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que:

- I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultado desta natureza, motivo pelo qual não estão sendo apresentados.

4. Gerenciamento de risco

A Instituição aborda o gerenciamento de todos os riscos inerentes às suas atividades de modo integrado, por meio de uma área específica para gestão de riscos. Essa visão multidisciplinar proporciona o aprimoramento dos modelos de gestão de riscos e evita a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.



a. Gerenciamento do risco de crédito

A Instituição monitora as operações realizadas através da evolução da carteira, indicadores de inadimplência (over 90), bem como dos níveis de recuperação. Realiza o cálculo do value at risk (VaR) e realiza testes de estresse, contemplando valores de perda esperada (PE) e de perda não esperada (PNE). No entanto, para apuração do capital requerido, é utilizada a metodologia de abordagem padronizada simplificada (RWA_{ARCSIMP}), conforme Circular Bacen nº 3.862/17.

b. Gerenciamento do risco de liquidez

Visando o planejamento financeiro, a otimização dos recursos disponíveis, administração da exposição e a redução da probabilidade para ocorrências de problemas de liquidez, a Instituição controla, diariamente, o equilíbrio entre os pagamentos e recebimentos da Instituição. Ainda, realiza testes de estresse, através do índice de liquidez de curto prazo (LCR) e o índice de liquidez de 90 dias.

c. Gerenciamento do risco de mercado

Com o objetivo de identificar a possibilidade de perda em função da oscilação de taxas referentes aos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva, e a fim de mitigá-lo, a Instituição monitora tais oscilações, procede o cálculo do VaR e realiza testes de estresse na carteira de operações de crédito.

d. Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas, registradas através de relatórios de não conformidades. Para apuração do capital requerido, a Instituição utiliza a abordagem padronizada simplificada (RWA_{ROSIMP}), conforme Circular Bacen nº 3.863/17.

e. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital consiste no monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, a Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio, compatível com o grau de risco de sua estrutura, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Risco de crédito (RWA _{ARCSIMP})	170.137	139.140
Risco operacional (RWA _{ROSIMP})	9.329	7.849
Ativos ponderados pelo risco (RWA _{S5})	179.466	146.989
Patrimônio de referência (PR)	206.523	177.076
Margem para o limite de Basileia	27.057	30.087
Índice de Basileia (PR x 100) / (RWA / IBs5)	19,56%	20,48%

Em conformidade com o art. 21, da Resolução nº 4.606/17 do CMN, os relatórios de gerenciamento de riscos encontram-se na sede da Instituição.



5. Disponibilidade

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	107	120
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.345	1.731
Total	1.452	1.851

(*) Referem-se a valores aplicados em operações compromissadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional, com remuneração baseada na taxa selic, as quais foram resgatadas integralmente em 2 de janeiro de 2025. Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no ativo da Instituição é de R\$ 234 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Operações de crédito e outros créditos

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento e ramo de atividade, conforme segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	227.168	72.163	299.331	208.893	56.869	265.762
Financiamentos	100.521	16.854	117.375	102.502	16.458	118.960
Operações de crédito - setor privado	327.689	89.017	416.706	311.395	73.327	384.722
Outros créditos	59.110	2.337	61.447	108.070	3.252	111.322
Total	386.799	91.354	478.153	419.465	76.579	496.044
(-) Prov. para perda	(70.084)	(13.019)	(83.103)	(82.782)	(9.028)	(91.810)
Total	316.715	78.335	395.050	336.683	67.551	404.234


a. Classificação por nível de risco e constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	31/12/2024										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Empréstimos	-	185.092	18.977	13.851	10.878	10.393	9.044	7.685	43.411	299.331	62,60%
Financiamentos	-	92.715	5.461	2.923	2.013	2.167	1.645	1.440	9.010	117.374	24,55%
Outros créditos (*)	-	44.542	2.242	1.259	814	874	790	638	10.288	61.447	12,85%
Total	-	322.349	26.680	18.033	13.705	13.434	11.479	9.763	62.709	478.152	100,00%
% de Participação	-	67%	6%	4%	3%	3%	2%	2%	13%	100%	
Prov. para perda	-	1.612	267	541	1.370	4.030	5.740	6.834	62.709	83.103	
% de Provisão	0%	0,5%	1,0%	3,0%	10,0%	30,0%	50,0%	70,0%	100,0%		

	31/12/2023										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Empréstimos	-	160.100	18.327	10.670	9.301	9.190	8.391	6.964	42.819	265.762	53,58%
Financiamentos	-	92.563	5.914	2.583	1.824	1.681	1.504	1.197	11.694	118.960	23,98%
Outros créditos (*)	-	80.796	4.664	2.078	1.811	1.571	1.592	1.373	17.437	111.322	22,44%
Total	-	333.459	28.905	15.331	12.936	12.442	11.487	9.534	71.950	496.044	100,00%
% de Participação	-	67%	6%	3%	3%	3%	2%	2%	14%	100%	
Prov. para perda	-	1.667	289	460	1.294	3.733	5.744	6.674	71.949	91.810	
% de Provisão	0%	0,5%	1,0%	3,0%	10,0%	30,0%	50,0%	70,0%	100,0%		

(*) A operações de outros créditos são operações de título e créditos a receber com características de concessão de crédito.


b. Classificação por prazo de vencimento

	31/12/2024					Total
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	
Empréstimos	32.586	73.357	121.225	69.707	2.456	299.331
Financiamentos	7.800	33.389	59.332	16.818	36	117.375
Outros créditos	11.505	21.348	26.257	2.337	-	61.447
Total antes da provisão	51.891	128.094	206.814	88.862	2.492	478.153

	31/12/2023					Total
	Vencidos	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer de 1 a 3 anos	A vencer de 3 a 5 anos	
Empréstimos	36.708	62.424	109.761	55.137	1.732	265.762
Financiamentos	9.753	32.595	60.154	16.443	15	118.960
Outros créditos	17.823	40.316	49.931	3.252	-	111.322
Total antes da provisão	64.284	135.335	219.846	74.832	1.747	496.044

c. Classificação por atividade econômica

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoa física	477.874	496.044
Pessoa jurídica - Serviços	51	-
Pessoa jurídica - Comércio	228	-
Total	478.153	496.044

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota explicativa nº 6.a apresentou a seguinte movimentação no período:

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	83.737	91.810	73.493
Provisão constituída no período	35.872	73.350	94.942
Baixa para prejuízos no período	(36.506)	(82.057)	(76.625)
Saldo final	83.103	83.103	91.810

e. Operações renegociadas

	Empréstimos		Financiamentos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Renegociação normal	94.869	72.762	10.289	13.435
Renegociação de créditos em prejuízo	27.801	19.890	5.542	6.202
Total renegociado	122.670	92.652	15.831	19.637
Valores recebidos	11.411	10.423	4.477	4.840



Conforme Resolução nº 2.682/99, do CMN, os créditos renegociados são mantidos com a última avaliação de risco antes da renegociação, os créditos em prejuízo renegociados retornam para a carteira e são provisionados no nível de risco H.

7. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 2.086 (R\$ 1.835 em 31 de dezembro de 2023), registrado na rubrica de “Outros ativos” representa preponderantemente valores a serem repassados pelo correspondente bancário da Instituição, decorrentes de recebimentos dos contratos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.680 (R\$ 1.518 em 31 de dezembro de 2023).

8. Depósitos a prazo

a. Prazos de vencimentos

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 3 meses	1.917	-
A vencer de 3 a 12 meses	21.575	9.358
Total circulante	23.492	9.358
A vencer de 1 a 3 anos	16.325	12.443
Total não circulante	16.325	12.443
Total geral	39.817	21.801

Os depósitos a prazo referem-se a recibos de depósitos bancários - RDB, captados à taxa de 112% do CDI.

Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no passivo da Instituição é de R\$ 2.361 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b. Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	21.801	21.801
Captações no exercício	24.998	19.515
Resgates no exercício	(11.704)	(4.425)
Juros no exercício	4.722	1.051
Saldo final	39.817	21.801

9. Recursos de aceites cambiais

a. Prazos de vencimentos

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 3 meses	-	54.365
A vencer de 3 a 12 meses	11.775	22.733
Total circulante	11.775	77.098
A vencer de 1 a 3 anos	73.959	21.890
Total não circulante	73.959	21.890
Total geral	85.734	98.988

Os recursos de aceites cambiais referem-se a letras de câmbio, captadas à taxa de 114% do CDI.



Considerando um cenário de variação de 50% na taxa CDI (maior ou menor), o efeito no passivo da Instituição é de R\$ 4.679 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b. Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	98.988	98.988
Captações no exercício	91.840	13.579
Resgates no exercício	(114.451)	(37.367)
Juros no exercício	9.357	14.494
Saldo final	85.734	98.988

10. Outros passivos – diversas

a. Circulante

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 5.909 (R\$ 6.175 em 31 de dezembro de 2023), registrado no passivo circulante, refere-se a créditos de clientes do cartão de crédito no montante de R\$ 2.903 (R\$ 3.062 em 31 de dezembro de 2023) e valores a pagar a fornecedores e prestadores de serviços no montante de R\$ 3.006 (R\$ 3.113 em 31 de dezembro de 2023).

b. Não circulante

O montante de R\$ 95 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2023) refere-se aos passivos contingentes, provisionados em função de ações cíveis classificadas como “provável” pela assessoria jurídica, em conformidade com o CPC 25. Os valores classificados como “possível” totalizam R\$ 26 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2023), em função de ações cíveis.

11. Transações com partes relacionadas

a. Depósitos a prazo e letras de câmbio

Os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas referem-se a depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais.

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais		
. Passivo circulante (notas explicativas n°s 8 e 9)	35.267	86.456
. Passivo não circulante (notas explicativas n°s 8 e 9)	90.284	34.333
. Despesas	14.079	15.545

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	10.157	9.308
Dividendos destinados/aprovados em AGO	17.066	16.289
Dividendos e juros sobre o capital pagos	(19.951)	(15.440)
Saldo final	7.272	10.157



c. Correspondente bancário

Os saldos apresentados referem-se ao serviço de correspondente bancário prestado por Eugênio Raulino Koerich S.A. - Comércio e Indústria, em conformidade com o CPC 05.

	31/12/2024	31/12/2023
Correspondente bancário		
. Ativo circulante	1.680	1.518
. Passivo circulante	46.432	87.464
. Passivo não circulante	1.887	2.707
. Despesa correspondente	19.949	17.071

d. Remuneração da administração

A remuneração da administração perfaz o montante de R\$ 1.813 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.880 em 31 de dezembro de 2023), composto principalmente pelos montantes de pró-labore, remuneração direta e auxílios alimentação e saúde.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito é de R\$ 120.000, totalmente integralizado e inteiramente pertencente a acionistas domiciliados no País, representado por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias no valor nominal de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A destinação do resultado ocorre ao final do exercício social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram destinados para essa reserva o montante de R\$ 1.914 (R\$ 1.392 em 31 de dezembro de 2023).

c. Reserva estatutária

Possui o objetivo de manter a margem operacional da Instituição, compatível com o desenvolvimento das suas operações ativas, podendo atingir até 100% (cem por cento) do valor do capital social integralizado. Seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento e; iii) na incorporação ao capital social. A destinação do resultado ocorre ao final do exercício social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram destinados para a reserva estatutária o montante de R\$ 14.980 (R\$ 7.890 em 31 de dezembro de 2023).

d. Dividendos

O saldo de dividendos adicionais propostos, classificados no patrimônio líquido em dezembro de 2023, foram aprovados na AGO de 26 de abril de 2024. Desta forma, foram reclassificados para o passivo circulante, os valores dos juros sobre capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, juntamente com o valor de dividendos a pagar, estão classificados na rubrica de outras obrigações sociais e estatutárias, no balanço patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram distribuídos à título de dividendos o montante de R\$ 9.094 (R\$ 6.613 em 31 de dezembro de 2023).



13. Receitas de intermediação financeira

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	78.153	160.432	164.237
Financiamentos	24.831	49.808	44.856
Total de receitas de operações de crédito	102.984	210.240	209.093

14. Outras despesas administrativas

Representa, principalmente, as despesas com o correspondente bancário da Instituição, além de outras despesas necessárias à manutenção da atividade.

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Comunicação	550	1.186	1.478
Processamento de dados	6.148	12.020	10.124
Publicidade e propaganda	2.854	5.688	5.867
Correspondente bancário	10.856	19.949	17.071
Serviço de terceiros	3.213	6.852	6.740
Outras despesas	1.839	2.815	2.264
Total	25.460	48.510	43.544

15. Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 7.836 (R\$ 8.226 em 31 de dezembro de 2023) refere-se preponderantemente às despesas de PIS, Cofins, ISS e demais taxas federais e municipais.

16. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

a. Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Resultado contábil antes da provisão para IR e CSLL	24.698	55.070	37.567
IR e CSLL aplicadas às alíquotas vigentes	(9.868)	(22.005)	(15.003)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	381	518	(2.311)
Juros sobre o capital próprio	4.920	4.920	4.780
Incentivos fiscais	602	656	479
IR e CSLL do período	(3.965)	(15.911)	(12.055)
Passivo fiscal diferido	(444)	(601)	(462)
Ativo fiscal diferido	(184)	(270)	2.795
IR e CSLL diferidos	(628)	(871)	2.333
IR e CSLL do período	(4.593)	(16.782)	(9.722)

**b. Natureza dos impostos diferidos**

Natureza dos créditos	31/12/2024				31/12/2023
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Ativo					
Prov. para perda - não dedutível	42.784	10.695	6.418	17.113	17.373
Provisões passivas	95	24	14	38	49
Passivo					
Renda de contratos renegociados de prejuízo	(17.133)	(4.283)	(2.570)	(6.853)	(6.253)
Totais	25.746	6.436	3.862	10.298	11.169

O valor presente do ativo diferido representa o montante de R\$ 13.328, calculados com base na taxa média da captação. Os valores acima representam o imposto de renda e a contribuição social, compostos de diferenças temporárias registradas na contabilidade, porém, não aceitos fiscalmente no momento de sua constituição. A expectativa de realização dos créditos tributários segue conforme demonstrado a seguir:

Ano	Expectativa de realização	
	Valor nominal	Valor presente
2025	6.781	5.956
2026	5.384	4.154
2027	3.017	2.045
2028	1.970	1.173
Total	17.152	13.328

17. Eventos subsequentes

A Instituição não apresentou eventos subsequentes que requeressem publicação após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 até a data de publicação destas demonstrações contábeis.

DIRETORIA

Ronaldo Furtado Koerich
Luiz Dela Bruna
Ramon Vermeulen Noceti
Rodrigo Garcia Neves

CONTADOR

Jhone Bruce Lee Fernandes
CRC/SC 31.264/O-1